

## SEÇÃO: EDITORIAL

# OS REFLEXOS DE UM MUNDO QUE (QUASE) PAROU POR CAUSA DE UM VÍRUS E A REINVENÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO PARA (CON)VIVER COM ELE

Izabela Maurício de Rezende<sup>1</sup>

No dia 31 de dezembro de 2019, a comissão de saúde da cidade de Wuhan, China, declarou a ocorrência de um surto de pneumonia sem causa conhecida. Em 3 de janeiro de 2020, já eram 44 casos da doença ainda com etiologia<sup>2</sup> desconhecida. Em 11 de janeiro de 2020, foi declarada, na mesma cidade, a primeira morte. A autoridade de saúde da China notificou que os casos de pneumonia estavam associados a um novo vírus, geneticamente relacionado ao já conhecido SARS (*Severe Acute Respiratory Syndrome*), que também causou um grande surto de doença respiratória na China, em 2003. Naquele ano, o SARS infectou aproximadamente três mil pessoas e causou 774 mortes. O vírus causador da pneumonia atual foi chamado de SARS-CoV-2, e a doença recebeu o nome de COVID-19 (*Coronavirus disease 2019*).

Apesar do isolamento das primeiras pessoas infectadas e também da rede de pessoas que tiveram contato com elas, os casos da doença começaram a se espalhar para outros países como Tailândia, Japão, República da Coreia e Estados Unidos da América. Em 30 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde decretou emergência de saúde pública mundial pelo rápido aumento dos casos da doença. Um alerta mundial começou a instaurar-se. Como exemplo, podemos mencionar o crescimento dos casos e o caos instaurado na Itália, onde o primeiro episódio da COVID-19 foi identificado em 31 de janeiro de 2020. O número de mortes diária nesse país, que chegou a mil por dia, chocou o planeta. Em 20 de agosto, a Itália possuía 255.278 casos e 35.412 mortes causados pelo vírus.

---

<sup>1</sup> Stanford University, Stanford, CA, Estados Unidos da América.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2616-6300>. E-mail: [izabelamauriciorezende@gmail.com](mailto:izabelamauriciorezende@gmail.com).

<sup>2</sup> Etiologia é o ramo do conhecimento cujo objeto é a pesquisa e a determinação das causas e origens de um determinado fenômeno. Nesse contexto, a etiologia refere-se ao causador da doença, que até então ainda era desconhecido.

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde decretou que a doença COVID-19 estava causando uma pandemia, devido ao elevado número de infectados em diferentes países e a sua rápida dispersão. Na data, eram 118 mil casos e 4291 mortes<sup>3</sup>. E os números ainda hoje estão em crescimento acelerado<sup>4</sup>. Cidades fecharam suas fronteiras, algumas entraram em *lock-down*<sup>5</sup>, o uso de máscara passou a ser obrigatório em quase todo o planeta. Comércio, escolas e pontos turísticos pausaram as atividades com o intuito de conter a disseminação do vírus. O mundo chegou a um milhão de casos em 2 de abril de 2020.

Em 26 de fevereiro, o primeiro caso no Brasil foi confirmado<sup>6</sup>. Enquanto este texto é escrito, no mês de agosto de 2020, a média no país está acima de 80 mil novos casos diários e a mortalidade acima de mil óbitos por dia, há pelo menos 40 dias. O número de casos mundiais de COVID-19 já ultrapassa 22 milhões, e mais de 3,5 milhões desses casos são no Brasil. Perante a todo esse caos, o governante de Estado maior do Brasil afirma: “E daí? É só uma gripezinha”.

A emergência sanitária recomendou o fechamento de tudo o que não era essencial. O que todos esperávamos, ingenuamente, que seria apenas uma quarentena com duração de 15 dias, transformou-se em isolamento social sem data para terminar. A promessa de uma vacina segura e eficaz nos faz imaginar o dia que tudo voltará ao normal. Nesse contexto, várias pessoas perderam o emprego e viram-se desamparadas pelo governo federal. Após lutas e disputas na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, o auxílio emergencial de R\$600,00, principal apoio econômico à população brasileira durante essa crise sanitária, foi aprovado pelo governo federal. Os riscos da doença aumentaram ainda mais a desigualdade social e educacional do país, o que evidenciou a desigualdade da vulnerabilidade dos invisíveis para o Estado.

Neste cenário, as escolas e as universidades estão vazias. Em meio a todas as questões trazidas pela pandemia, professores estão se reinventando para conseguir fazer a engrenagem da educação (tão rejeitada pelo atual governo federal) não parar. Desde a educação infantil até as pós-graduações, dentro de cada rede e instituição, foi pensado um novo plano pedagógico que agora precisa considerar os meios de se ensinar estando todos distantes da sala de aula

<sup>3</sup> Para mais informações, conferir: <https://www.who.int/dg/speeches/detail/who-director-general-s-opening-remarks-at-the-media-briefing-on-covid-19---11-march-2020>.

<sup>4</sup> Para acompanhar o número de casos diariamente, conferir: <https://covid19.who.int/> e <https://coronavirus.jhu.edu/map.html>.

<sup>5</sup> *Lock-down* é um protocolo de emergência e uma medida imposta pelo Estado com o intuito de limitar a circulação da população, o que inclui o fechamento de vias (proibindo deslocamentos não essenciais) e de locais públicos e privados. Pode ser traduzido como fechamento, bloqueio.

<sup>6</sup> Para mais informações, conferir: <https://www.saude.gov.br/noticias/agencia-saude/46435-brasil-confirma-primeiro-caso-de-novo-coronavirus>.

presencial. O uso de diferentes tecnologias e do ensino mediado por tecnologias que viabilizem essa comunicação, síncrona ou assíncrona, torna-se contingencial.

Os desafios são imensos, dentre eles está a falta da democratização do acesso à internet e do uso das tecnologias em todas as casas brasileiras. Como fazer uma aula on-line chegar ao estudante nas áreas rurais ou ainda no interior do sertão, que muito mais está preocupado com a falta de água do que com a de internet? Não precisamos nem sair de grandes centros urbanos para nos depararmos com os desertos tecnológicos que existem nas cidades brasileiras. O acesso, que deveria ser um direito do cidadão, é restrito à parcela da população que pode pagar pelo (caro) serviço e que, além disso, mora em locais de abrangência das grandes empresas privadas de telecomunicações brasileiras. Para além desses desafios, a simples presença dos meios, por si só, não garante o amplo e pleno processo de ensino-aprendizagem pelos docentes e discentes que os utilizarão.

Transpondo as barreiras do acesso à internet, chegamos no enorme desafio da docência em tempos de pandemia. Dentro do cenário das instituições brasileiras, o que estamos presenciando é um descompasso entre as instituições privadas e públicas. Enquanto a maior parte das primeiras mais que rapidamente se organizou para o ensino remoto, com aulas ao vivo e/ou gravadas, o segundo grupo ainda está no processo de reformulação do novo calendário letivo, diretrizes e planos de ensino, cada uma em um passo diferente e independente.

Muitas instituições de ensino aderiram ao Ensino Remoto Emergencial (ERE) e devemos entender que ERE não é Educação a Distância. O ensino remoto está acontecendo porque professores e alunos estão impedidos de ocuparem o mesmo espaço físico, como medida de contenção do SARS-CoV-2. É emergencial, porque de repente todo o plano pedagógico para 2020 teve que ser repensando na tentativa de suprir as necessidades do ensino durante a pandemia. E todas as interações passaram a ser mediadas por tecnologia, via internet. O planejamento de como o ERE vai acontecer cabe a cada instituição, bem como a preparação de seus estudantes e seus docentes. De forma geral, as aulas têm sido ministradas de forma síncrona em um ambiente on-line virtual. Posteriormente, atividades propostas são realizadas nesse mesmo ambiente virtual, porém agora de forma assíncrona.

Tomando como exemplo a UFMG, foi criado o Programa Integração Docente – ações formativas para as práticas pedagógicas, visando auxiliar e subsidiar o plano de ação emergencial para apoio à comunidade acadêmica na preparação para o ensino no contexto da pandemia. Diversos cursos, fóruns, oficinas, dentre outros foram viabilizados através da Diretoria de Inovação e Metodologias de Ensino (GIZ/Prograd), do Centro de Apoio à Educação a Distância (CAEd) e da Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI), em integração com o Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI), o Centro de Comunicações (Cedecom) e a Coordenadoria de Assuntos Comunitários (CAC). Além do preparo dos docentes, os discentes

tiveram a oportunidade de participar de duas chamadas para garantir (ou pelo menos tentar) o acesso às aulas durante o ERE: uma chamada de acesso à internet e uma outra para empréstimo ou compra de aparelhos eletrônicos.

O que vamos perder e o que vamos ganhar com o distanciamento da sala de aula presencial? Como é possível preparar os professores e os alunos para esse momento? E a solidão de falar para uma tela? E a solidão de aprender com uma tela? Sendo a educação um direito de todos, como fazer para que o ERE não amplie ainda mais o abismo educacional e socioeconômico que existe em nosso país, excluindo cada vez mais as minorias (que na verdade são maioria) e corroborando a política histórica dos privilégios? É preciso ressignificar o processo de ensino-aprendizagem, conseguir visualizar oportunidades nos desafios e pensar primeiro que atrás de todo processo educativo estão pessoas, e ele só existe para, com e pelos sujeitos para os quais se destina a educação.

### **Izabela Maurício de Rezende**

Graduada (2013) e Mestra (2015) em Ciências Biológicas, UFJF. Doutora em Microbiologia (2020), UFMG. Realizou pós-doutorado no Laboratório NB3 do Centro de Laboratório Multiusuários do ICB/UFMG, auxiliando no diagnóstico da COVID-19 do estado de Minas Gerais por meio da REDEVÍRUS. Desde janeiro de 2020 é Editora-Chefe na Revista *Docência do Ensino Superior*. Atualmente é pós-doutoranda na Stanford University School of Medicine.

#### **Como citar este documento – ABNT**

REZENDE, Izabela Maurício de. Os reflexos de um mundo que (quase) parou por causa de um vírus e a reinvenção das instituições de ensino para (con)viver com ele. [Editorial]. *Revista Docência do Ensino Superior*, Belo Horizonte, v. 10, e025195, p. 1-4, 2020.

Recebido em: 06/09/2020  
Aprovado em: 06/09/2020  
Publicado em: 06/09/2020